

**OBESERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A NATUREZA DA
AUTOCONSCIÊNCIA EM KANT**

[INTRODUCTORY OBSERVATIONS ON THE NATURE OF SELF-CONSCIOUSNESS IN
KANT]

Ana Kelly Ferreira Souto Pinto
anakellyferreirasouto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4736-1113>

Doutoranda em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/Goiás e em Filosofia na Universidade Federal de Goiás – UFG. Professora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/Goiás.

José João Neves Barbosa Vicente
josebvicente@bol.com.br
<https://orcid.org/0000-0001-6823-3933>

Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

DOI: [10.25244/tf.v16i2.4225](https://doi.org/10.25244/tf.v16i2.4225)

Recebido em: 21 de agosto de 2022. Aprovado em: 16 de novembro de 2023

Caicó, ano 16, n. 2, 2023, p. 295-311
ISSN 1984-5561 - DOI: [10.25244/tf.v16i2.4225](https://doi.org/10.25244/tf.v16i2.4225)
Dossiê Gadamer - Fluxo Contínuo



Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

Resumo: O objetivo deste pequeno estudo é refletir de modo introdutório sobre a natureza da autoconsciência na filosofia transcendental de Kant. Nesse sentido, o caminho que será seguido ao longo desta reflexão, não busca uma compreensão definitiva sobre o tema proposto, mas sim um entendimento preliminar sobre a natureza da autoconsciência como compreendida por Kant e em quais condições essa autoconsciência se dá a conhecer. Além disso, ainda de forma preliminar, este pequeno estudo busca evidenciar, na medida do possível, a contribuição do filósofo alemão para a discussão moderna da subjetividade.

Palavras-chave: Conhecimento. Autoconsciência. Subjetividade.

Abstract: The purpose of this short study is to reflect in an introductory way on the nature of self-consciousness in Kant's transcendental philosophy. In this sense, the path that will be followed throughout this reflection does not seek a definitive understanding of the proposed theme, but rather a preliminary understanding of the nature of self-consciousness as understood by Kant and under what conditions this self-consciousness is made known. Moreover, still in a preliminary way, this small study seeks to highlight, as much as possible, the contribution of the German philosopher to the modern discussion of subjectivity.

Keywords: Knowledge. Self-consciousness. Subjectivity.

INTRODUÇÃO

Kant é um dos filósofos mais importante do pensamento ocidental e considerado por muitos como o maior de todos os filósofos da era moderna, seu sistema filosófico é único e o seu modo profundo e rigoroso de pensar e lidar com os temas filosóficos o coloca em lugar de destaque na história da filosofia. Mesmo sem nunca ter deixado a pequena cidade em que nasceu, Kant sempre esteve atento a tudo o que acontecia no campo filosófico; com seu modo organizado e metódico de agir e de pensar, ele refletiu e discutiu com profundidade grandes temas e assuntos de interesse de todos nós.

Neste texto, o que se propõe fazer é uma breve reflexão sobre uma pequena parte do pensamento de Kant, sem qualquer pretensão de abranger toda sua obra ou de se aprofundar no tema escolhido. Trata-se de uma observação rigorosamente introdutória sobre um aspecto específico do pensamento deste filósofo, especificamente sobre a questão da natureza da autoconsciência. Nossa intenção não é entender absolutamente o assunto, mas sim buscar um entendimento preliminar e introdutório, a partir da leitura de alguns textos de Kant e de alguns estudos sobre o seu pensamento.

OBESERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE A NATUREZA DA AUTOCONSCIÊNCIA

De um modo geral, pode-se dizer que, no pensamento kantiano, a noção de autoconsciência emerge como um termo médio entre as tradições do racionalismo de Descartes e do empirismo de Hume. A filosofia moderna, em termos gerais, se desenvolve a partir da premissa da subjetividade que nada mais é senão um tipo de autoconsciência demarcada pela filosofia cartesiana com a ideia do *cogito*, isto é, uma autoconsciência na proposição em primeira pessoa e na radicalização da dúvida; em essência isso significa “eliminar” as “certezas”. Nessa “eliminação” sobra apenas uma coisa certa, a consciência do “*Eu penso*” e, portanto, existo. Eu existo torna-se essencial e escapa do ataque do cético da dúvida hiperbólica. Kant pretende refutar o cartesianismo na forma do idealismo que:

[...] é a teoria que considera a existência dos objetos fora de nós, no espaço, ou simplesmente duvidosa e indemonstrável, ou falsa e impossível; o primeiro é o idealismo problemático de Descartes, que só admite como indubitável uma única afirmação empírica (*assertio*), a saber; eu sou (KANT, 2001, B 274).

O que garante a certeza do “*Eu penso*” é a consciência que tenho que sou um ser pensante e, por sua vez, essa certeza – do *cogito* – garante a verdade do “eu existo”. É a noção de *res cogitans* na ordem metódica das razões que torna o *cogito* ponto de partida para a certeza da existência.

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

Contudo, é preciso sublinhar que a relação da cognição do sujeito com a autoconsciência *eu penso*, não é explicada nas *Meditações metafísicas* (2005). Para tanto, a investigação de Hume em seu *Tratado da Natureza Humana* (2009), principalmente quando ele trata “Da identidade pessoal”, também influenciou a escrita de Kant, no que diz respeito ao desenvolvimento da concepção estruturada de subjetividade e da autoconsciência enquanto fundamento da cognição. Para Hume, tal estrutura que fundamenta a cognição do sujeito, o *Eu* enquanto substância pensante, é uma ficção da percepção do indivíduo. Nesse sentido, a mente, segundo Hume, opera como um tipo de teatro, onde as percepções, tal como em palco, aparecem, sucedem umas às outras e desaparecem. A concepção cética de Hume em que as percepções deslizam num palco de percepções se contrapõe fortemente à tese cartesiana em que o *cogito* fundamenta a investigação filosófica. Kant assegura que Hume, “segundo o seu raciocínio, tudo o que denominamos metafísica não seria mais do que simples ilusão de um pretenso conhecimento racional daquilo que, de facto, era extraído da experiência” (KANT, 2001, B 20).

Assim, a partir da efervescência das disputas entre racionalistas e empiristas, Kant elabora uma crítica que pretende sintetizar esses dois modelos, embora ele não proponha uma nova metafísica; isso, no entanto, não significa dizer que Kant não interroga ou questiona sobre os limites da razão e, por sua vez, estabelece o critério para uma metafísica possível em que os fundamentos para o conhecimento objetivo são fundamentos transcendentais. Em outras palavras, a metafísica perde seu aspecto transcendente devido aos limites estabelecidos para o conhecimento humano, entretanto ganha respaldo enquanto ciência, a saber, que a metafísica trata dos fundamentos transcendentais do conhecimento objetivo, isto é, das regras que regem o entendimento, da validade do seu uso e do seu alcance. Dito isso, surge a necessidade de compreender a noção de autoconsciência, visto que essa noção é apresentada por Kant na *Dedução Transcendental*, como sendo o ponto mais alto a que o entendimento deve submeter-se.

Desse modo, a autoconsciência tal como é erigida por Kant como “ponto mais alto” da faculdade do entendimento, surgindo no contexto de uma dedução que, por sua vez, não se trata de um ponto pacífico da discussão. O filósofo retoma a noção cartesiana de *cogito* através da autoconsciência “*Eu penso*”, mas de modo muito distinto de Descartes, a saber, a autoconsciência *Eu penso* é o fundamento do entendimento, mas a investigação não parte deste princípio, como ocorre na filosofia cartesiana em que o *cogito* estabelece um fundamento seguro para o conhecimento. Sobre a autoconsciência, Abbagnano (2012, p.109) afirma que “Pode-se dizer que a história do termo autoconsciência começa com Kant, que usou como alternativa para o termo consciência”. O conhecimento se dá discursivamente, enquanto juízo, isto é, do pensamento discursivo, da proposição com sentido. O juízo determina como as coisas são para nós de um determinado modo, a saber, enquanto determinação dadas pela faculdade do entendimento através das categorias, ou seja, enquanto determinações aplicadas às intuições dadas no tempo e no espaço segundo sua quantidade, qualidade, relação e modalidade. Todavia, ainda que estabelecida a relação de cópula da sensibilidade com o entendimento, não se explica a unidade do sujeito diante da síntese do entendimento aplicada às intuições. É nesse sentido que a noção de autoconsciência é estabelecida como fundamento do conhecimento, o solo mais elementar do entendimento que Kant caracteriza como espontaneidade sem a qual não se pode pensar nenhum objeto em específico, nem determiná-la positivamente tal como fazemos com os objetos em geral. Na *Crítica da Razão Pura* (2001) Kant apresenta sua tese basilar sobre a possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* em seu sistema filosófico, o papel da subjetividade emerge enquanto espontaneidade do entendimento, significa dizer que a faculdade do entendimento depende das determinações subjetivas do sujeito, a saber, das categorias. A autoconsciência ocupa um papel central no argumento da *Dedução*, isso repercutiu nas investigações contemporâneas acerca da subjetividade,

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

da validade dos usos do *dêitico Eu*, dentre outros “usos” do *Eu*. De acordo com Martins (1999, p.98), a autoconsciência em Kant pode ser caracterizada do seguinte modo:

[...] a autoconsciência é, em si, o núcleo do conhecimento, em cuja origem está a identidade do eu. Conforme esta interpretação, o “eu” é o fundamento da objetividade e, por conseguinte, esses autores consideram que o estudo deste por parte de Kant está voltado para essa objetividade. Seria isso correto, se o fim da obra de Kant fosse a análise de um eu empírico e cognitivo, mas, ao contrário, este eu e a própria teoria do conhecimento parecem ser dois tópicos muito importantes na filosofia transcendental, porém, ela não se esgota em um esclarecimento destes tópicos, o que, portanto, não permite deduzir que os estudos da autoconsciência relativos ao “eu” tenham sido realizados apenas para fundamentá-lo. (MARTINS, 1999, p. 98).

Entende-se por autoconsciência a capacidade do sujeito pensar a si mesmo, sobre seus estados mentais, estados perceptivos, uma autoconsciência empírica. A autoconsciência como ponto mais elevado a que devemos submeter todo o entendimento é a autoconsciência pura, isto é, aquela que reflete a unidade sintética a apercepção. Desse modo, por tratar-se de um elemento puro do entendimento, a autoconsciência não se dá ao conhecimento, bem como os objetos da experiência. Essa autoconsciência pode ser conhecida apenas lateralmente, isto é, a partir da unidade e identidade que ela confere ao sujeito. De um ponto de vista da totalidade da subjetividade, a autoconsciência pura reflete o próprio entendimento, a saber, ela confere unidade às representações de modo que todas componham em sua multiplicidade um todo coeso, a autoconsciência fornece uma sinopse das representações, mas não se trata da própria síntese, antes disso, garante ordem às representações ao passo que tais representações se referem a uma consciência una e idêntica. Essa consciência una de intuições múltiplas, como uma unidade que envolve elementos que necessitam ser unidos na complexidade, a união desses elementos constrói a síntese que é fundamental para a compreensão da própria análise. Para a compreensão completa é preciso a análise e sobretudo a síntese, sem essa não existe nenhuma abstração de um objeto, pois toda as características de um objeto estão unidas nas abstrações, assim a síntese é exigida para a compreensão transcendental:

Porém, a espontaneidade do nosso pensamento exige que este diverso seja percorrido, recebido e ligado de determinado modo para que se converta em conhecimento. A este ato dou o nome de síntese. Entendo, pois, por síntese, na acepção mais geral da palavra, o acto de juntar, umas às outras, diversas representações e conceber a sua diversidade [...] A síntese em geral é, como veremos mais adiante, um simples efeito da imaginação, função cega, embora imprescindível, da alma sem a qual nunca teríamos conhecimento algum, mas da qual muito raramente temos consciência. Todavia, reportar essa síntese a conceitos é uma função que compete ao entendimento e pela qual ele nos proporciona pela primeira vez conhecimento no sentido próprio da palavra (KANT, 2001, B 102-103, A 78).

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

Kant introduz a noção de autoconsciência pura caracterizando-a como uma representação pura que possibilita a síntese das intuições, a formação de um conceito comum de um objeto. Por exemplo quando penso num triângulo, o seu conceito traz a ideia de que preciso ligar três linhas retas para que haja um corpo e uma extensão, nesse sentido a epistemologia de Kant considera que a síntese e suas regras são fundamentais para o conhecimento. Deste modo, assim como o conceito de substância, nós unificamos e “enxergamos” o mundo como substância portadores de propriedades onde a substância permanece, havendo uma causa que liga a outra, assim as categorias são estruturas para o conhecimento. A unidade sintética é necessária para o conhecimento do objeto. Dito isso, compreendemos com Kant (2001, A 114) que “Todos os fenômenos estão, pois, universalmente ligados, segundo leis necessárias e, por conseguinte, numa afinidade transcendental da qual a afinidade empírica é mera consequência”. A metafísica entendida através da filosofia transcendental que se ocupa menos dos objetos do que do nosso modo de conhecê-los *a priori*. Nesse sentido, quando a metafísica é remontada sob uma perspectiva idealista transcendental, ela não tratará mais dos aspectos realistas das coisas, isto é, numa perspectiva realista supomos conhecer as coisas tais como elas são em si mesmas, no entanto, devido à limitação do entendimento humano, podemos conhecê-las somente de acordo como tais coisas se mostram para nós, e de uma certa forma, onde deve coincidir com a forma do entendimento, isto é, apenas o conhecimento de fenômenos é possível. Dito isso, a *Dedução transcendental das categorias* tem por objetivo demonstrar que as categorias estão de acordo com as regras da unidade sintética da apercepção. Kant apresenta o argumento que parte da ideia de autoconsciência pura e garante a identidade do sujeito, a saber, mesmo que eu tenha diversas percepções sobre mim, a impressão que tenho é de que eu sou sempre a mesma pessoa, esta é a identidade empírica, entretanto, Kant busca mostrar que a consciência através de várias representações exige uma ligação dessas representações, tal ligação só é possível porque são representações de uma mesma consciência, desse modo, havendo tal identidade lógica do sujeito, todas as representações que passarem por sua consciência serão representações pertencentes a um e ao mesmo sujeito, proporcionando um nexos causal de representações numa consciência, sem que o sujeito perca o sentido da sua identidade. A consciência da identidade não é suficiente para as representações não se perderem em seu fluxo, se penso numa determinada representação, a saber na nota do conceito de A, B e C, deve haver uma consciência de passagem, isto é, de transição de A para B e de B para C. Dito de outro modo, preciso estabelecer conexão, estabelecer relações entre elas para se ter consciência desse passar entre estágios de uma coisa à outra. Assim o ponto de partida é a identidade que exige unidade sintética. Esse argumento é igualmente utilizado para explicar a unidade analítica e a unidade sintética; dito de outro modo, a conclusão do argumento é também formulada através dos conceitos de unidade analítica e unidade sintética: a unidade analítica da apercepção é possibilitada pela unidade sintética da apercepção. Vejamos como o Kant (2001, B 132-133) apresenta este argumento em sua obra:

Porque as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas representações minhas se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência; quer dizer, enquanto representações minhas (embora me não aperceba delas enquanto tais), têm de ser necessariamente conformes com a única condição pela qual se podem encontrar reunidas numa autoconsciência geral, pois não sendo assim, não me pertenceriam inteiramente. Desta ligação originária se podem extrair muitas consequências

De acordo com Horstmann (2012, p.243),

o fundamento de possibilidade da relação de determinados conceitos a priori a objetos se encontra na identidade da ação do entendimento na produção de juízos e intuições unificadas, então apenas aqueles conceitos podem dar unidade à multiplicidade dada, possibilitando assim a representação de objeto, a qual corresponde à forma da ligação de conceitos no juízo.

Em termos gerais, o tipo dessa identidade é lógica e existe, de um modo geral, na autoconsciência e na representação de cada um de nós, não como um simples “eu”, mas principalmente como um “eu lógico”; e sobre esse “eu”, como disse Martins (1999, p.71), “nada mais sabemos ou podemos falar. A consciência direta da própria espontaneidade na forma das funções lógicas do pensar é compreendida por Kant como um princípio ou juízo analítico: a simples unidade lógica da autoconsciência é uma unidade analítica”. Dito isto, compreendemos que a autoconsciência está no fundamento da estrutura cognitiva humana, mas não é o princípio do qual o conhecimento deriva, a saber, que o conhecimento não seja todo ele derivado da experiência, mesmo assim, o conhecimento *a priori* depende de uma síntese e, por sua vez, está submetido às regras do entendimento, às categorias. Desse modo a autoconsciência “*Eu penso*” se estabelece enquanto regra, mas não como categoria, mas uma regra superior da faculdade do entendimento. A autoconsciência pura, enquanto primeiro conhecimento *a priori*, não passa de um tipo de conhecimento distinto e de ordem transcendental, sendo o *Eu penso* originado na pura espontaneidade do entendimento; é por isso, portanto, que a consciência *Eu penso* também é denominada de apercepção originária dentre as demais. A autoconsciência *Eu penso*, não passa de uma atividade pura do entendimento, ela não se estabelece, portanto, enquanto algo recebido pela sensibilidade, porém, tanto quanto o conhecimento objetivo, o autoconhecimento fenomênico envolve igualmente uma afecção; em termos gerais, como observou Rego (2012, p.311) em seu estudo ele “supõe alguma afecção de objetos do sentido externo, exatamente a mesma do conhecimento objetivo. Mas a afecção de que Kant fala agora, como auto-afecção, é curiosamente definida como o próprio exercício da síntese transcendental da imaginação”. Nas palavras de Kant (2001, B 132),

O eu penso deve poder acompanhar todas as minhas representações; se assim não fosse, algo se representaria em mim, que não poderia, de modo algum, ser pensado, que o mesmo é dizer, que a representação ou seria impossível ou pelo menos nada seria para mim. A representação que pode ser dada antes de qualquer pensamento chama-se intuição. Portanto, todo o diverso da intuição possui uma relação necessária ao eu penso, no mesmo sujeito em que esse diverso se encontra. Esta representação, porém, é um ato da espontaneidade, isto é, não pode considerar-se pertencente à sensibilidade dou-lhe o nome de apercepção pura, para a distinguir da empírica ou ainda o de apercepção originária, porque é aquela autoconsciência que, ao produzir a representação eu penso, que tem de poder acompanhar todas as outras, e que é una e idêntica em toda a consciência, não pode ser acompanhada por nenhuma outra. Também chamo à unidade dessa representação a unidade transcendental da autoconsciência, para designar a possibilidade do conhecimento a priori a partir dela. Porque as diversas representações, que nos são dadas em determinada intuição, não seriam todas

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

representações minhas se não pertencessem na sua totalidade a uma autoconsciência.

A autoconsciência pura ou apercepção originária, como também é chamada, é a autoconsciência lógica ou transcendental, ela denota o ato enunciativo da autoconsciência “*Eu penso*”, isto é, reflete a maneira pela qual a autoconsciência pura ocorre na consciência, a saber, instituindo cada representação para si e, com esse ato referencial puro do entendimento, a autoatribuição ocorre de modo que possibilita a criação de um nexos das representações em relação ao sujeito cognoscente. A autoconsciência pura “*Eu penso*” não é produzida ou criada, por exemplo, a partir de qualquer síntese de representações, antes disso, ela cria uma espécie de sinopse para que as mesmas representações sejam ligadas na consciência pela condição de serem representações de um mesmo sujeito, a autoconsciência é, portanto, um ato do entendimento puro. De acordo com observações Klein (2012, p.785), “a história da razão pura deve ser vista como a história do seu autoesclarecimento, pois a razão não é de antemão transparente a si própria, o que se mostra pelo fato da metafísica ainda não ter encetado o caminho seguro de uma ciência”. Essa espontaneidade ou apercepção pura não pode, por um lado, ser identificada com a receptividade da sensibilidade porque nela o “*Eu penso*” é atividade exercida sobre as representações, isto é, ato dela própria; por outro lado, ela também não pode ser vinculada a qualquer aspecto da sensibilidade. Kant define a autoconsciência “*Eu penso*” através da unidade e da identidade que ela confere ao sujeito, entretanto, a unidade ainda é melhor caracterizada enquanto unidade analítica e sintética. De acordo com o filósofo,

a unidade analítica da consciência é inerente a todos os conceitos comuns enquanto tais; assim, por exemplo, quando penso o vermelho em geral, tenho a representação de uma qualidade que (enquanto característica) pode encontrar-se noutra parte ou ligada a outras representações; portanto, só mediante uma unidade sintética possível, previamente pensada, posso ter a representação da unidade analítica. Uma representação, que deve pensar-se como sendo comum a coisas diferentes, considera-se como pertencente a coisas que, fora desta representação, têm ainda em si algo diferente; por conseguinte, tem de ser previamente pensada em unidade sintética com outras representações (ainda que sejam apenas representações possíveis), antes de se poder pensar nela a unidade analítica da consciência que a eleva a um *conceptus communis*. E, assim, a unidade sintética da apercepção é o ponto mais elevado a que se tem de suspender todo o uso do entendimento, toda a própria lógica e, de acordo com esta, a filosofia transcendental; esta faculdade é o próprio entendimento (KANT, 2001, B 134).

Dito de outra maneira, Kant define a unidade analítica que trata-se daquela unidade que representa um *conceptus communis*, que na multiplicidade das representações destaca as notas características (*merkmalé*) que podem haver entre as diversas representações. Todavia, apenas criar um nexos entre representações que carregam notas comuns entre si, tal como no exemplo do vermelho, ainda não garante aquele conceito de ligação necessário que ligou previamente as representações numa consciência una e idêntica. Desse modo, as representações carecem de uma determinada ligação entre si para que tais representações componham um nexos de representações concatenadas, uma unidade sintética cria um elo entre elas, independente de quaisquer notas

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

comuns, essa é a unidade originariamente sintética da apercepção, porque antes de qualquer síntese, ela ligou as representações em uma consciência. Assim sendo, a autoconsciência pura expressa um tipo de conhecimento, a saber, expusemos a sua estrutura e natureza, no entanto, ainda resta saber qual é o seu verdadeiro conteúdo, de modo que, o conhecimento que podemos atribuir ao saber de si que a autoconsciência pura fornece, difere do conhecimento empírico, pois não é um conhecimento de si enquanto pessoa, ou que se refira aos estados mentais ou perceptuais, mas trata-se de um conhecimento enquanto consciência de si enquanto sujeito epistêmico, ou lógico, isto é, uma estrutura fixa, que garante que mesmo diante do fluxo de representações, independentemente de sua variedade e multiplicidade aderem ao sujeito de modo que este continue sendo um e o mesmo sujeito na passagem do tempo, como disse Kant (2001, A 364), “não podemos ajuizar, a partir da nossa consciência [...] pois só atribuímos ao nosso eu idêntico aquilo de que temos consciência e assim devemos necessariamente julgar que somos os mesmos em todo o tempo em que temos consciência”. Destarte podemos afirmar que, partindo da premissa de que o conhecimento humano depende da síntese das representações sensíveis com as representações inteligíveis, o conhecimento acerca da autoconsciência “*Eu penso*” não fornece tal síntese, sendo assim, no máximo podemos ter consciência “de mim próprio” na síntese transcendental do diverso das representações em geral, portanto, na unidade sintética originária da apercepção, não sou como apareço a mim próprio, nem como sou em mim próprio, mas tenho apenas consciência que sou (KANT, 2001, B 157). Pela sensibilidade recebemos o conteúdo dado pelas intuições, pelas quais perfazemos a representação de objeto, essa tese traz consequências, se a intuição é dada apenas pela sensibilidade, então ainda não há conhecimento se não houver síntese entre intuições e conceitos. O “*Eu penso*” é uma condição fundamental do conhecimento, mas ainda não é conhecimento tal como estamos habituados a entender. É uma condição *a priori* do conhecimento, mas enquanto conhecimento transcendental, como afirma Kant (2001, B 158):

O "eu penso" exprime o ato de determinar a minha existência. A existência é pois, assim, já dada, mas não ainda a maneira pela qual devo determiná-la, isto é, pôr em mim o diverso que lhe pertence. Para tal requer-se uma intuição de si mesmo, que tem por fundamento uma forma dada a priori, isto é, o tempo, que é sensível e pertence à receptividade do determinável.

Kant distingue então o conhecimento de si do autoconhecimento, pois uma vez que não há intuição pura de um eu, tampouco podemos extrair da afecção uma evidência de Eu, tal unidade pertence ao entendimento puro, e como já dissemos anteriormente, não há uma síntese entre representações sensíveis e inteligíveis para afixarmos uma caracterização positiva do “Eu penso”, mas podemos dizer lateralmente que, no âmbito do conhecimento de si, estamos diante de um saber que denota um sujeito enquanto autodeterminante, isto é determina sua existência de modo empírico, isto é, enquanto um objeto, que tem consciência de seus estados mentais, de suas percepções; mas também é determinante porque sua capacidade de determinar-se enquanto sujeito produz uma unidade e identidade tal, que possibilitou fazer toda a digressão até as fontes de um conhecimento transcendental de si. A investigação sobre a autoconsciência versa, além das fontes do conhecimento, também sobre os limites, no sentido de que, não podemos prosseguir pois nos é vedado chegar mais próximo de um núcleo do Eu. Kant menciona tal dificuldade da investigação em vários momentos, dentre eles, quando menciona a noção de um intelecto que não necessita sintetizar representações sensíveis e inteligíveis, sendo esse um intelecto divino que estaria em posse de conhecer a si próprio de modo infinito.

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

Mas este princípio não é, contudo, princípio para todo o entendimento possível em geral, mas só para aquele cuja apercepção pura na representação: eu sou, nada proporciona ainda de diverso. Um entendimento que, tomando consciência de si mesmo, fornecesse ao mesmo tempo o diverso da intuição, um entendimento, mediante cuja representação existissem simultaneamente os objetos dessa representação, não teria necessidade de um ato particular de síntese do diverso para a unidade da consciência, como disso carece o entendimento humano, que só pensa, não intui. Mas, para o entendimento humano, o ato de síntese é, inevitavelmente, o primeiro princípio, de tal modo que o entendimento humano não pode formar o mínimo conceito de outro entendimento possível, seja de um entendimento que seria ele mesmo intuitivo, seja de um outro que teria por fundamento uma intuição, a qual, embora sensível, fosse de diferente espécie da que se produz no espaço e no tempo (KANT, 2001, B 139).

Kant caracteriza consciência como intelecto onde todas as intuições sensíveis recebidas por um sujeito são submetidas às categorias, e essa é a condição pela qual unicamente o diverso daquelas intuições se pode reunir numa consciência. Sabemos com isso que a autoconsciência carece de unidade sintética das representações para constituir-se de tal modo, mas ainda carecemos de uma compreensão mais ampliada dessa condição basilar do entendimento. Surge outro elemento na tese sobre a unidade sintética da percepção acerca do uso do entendimento, este define-se a partir do qual argumenta, o entendimento é a faculdade do conhecimento. Surge aqui o conceito de objeto, até agora destacou-se o aspecto subjetivo, a saber, dos aspectos transcendentais necessários para a constituição da experiência, o “Eu penso”. O conceito puro do entendimento enquanto regra da síntese, tem sentido epistêmico, o objeto é como algo que podemos conhecer empiricamente que se representa pela intuição sintetizada mediante algum conceito, então a representação de um objeto exige unidade sintética porque não há nenhuma operação na síntese ou após a síntese que garanta que o sujeito permaneça fixo, como operador dessas categorias, isto é, como regra suprema mediante a multiplicidade de intuições, ou seja, os conceitos puros (categorias) operam como regras da síntese. A unidade sintética da autoconsciência é uma regra também; regra pela qual se estabelece que mediante todas as representações dadas numa consciência, o sujeito deve conceber todas as representações em unidade, isto é, unidade sintética, como representações minhas que foram ligadas a uma consciência e possibilitou a síntese. Lembrando o exemplo citado anteriormente, quando uniu as três linhas do triângulo, é a unidade da consciência, como consequência é o que por si só as converte em conhecimento; a saber,

ao primeiro destes princípios estão submetidas todas as representações diversas da intuição, na medida em que nos são dadas; ao segundo, na medida em que têm de poder ser ligadas numa consciência; de outro modo, nada pode, com efeito, ser pensado ou conhecido, porque as representações dadas, não tendo em comum o ato de apercepção eu penso não estariam desse modo reunidas numa autoconsciência (KANT, 2001, B 137)

Percebe-se que há uma unidade da consciência do objeto que fora antes possibilitada pela unidade necessária da autoconsciência para o “*Eu penso*”, como aquela que concede unidade ao

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

objeto conforme as categorias. A unidade da consciência é necessária, mas não é a mesma para entender representações como minhas.

Precisamente esta unidade transcendental da apercepção faz, de todos os fenômenos possíveis, que podem sempre encontrar-se reunidos numa experiência, um encadeamento de todas essas representações segundo leis. Com efeito, essa unidade da consciência seria impossível se o espírito, no conhecimento do diverso, não pudesse tomar consciência da identidade da função pela qual ela liga sinteticamente esse diverso num conhecimento. A consciência originária e necessária da identidade de si mesmo é, portanto, ao mesmo tempo, uma consciência de uma unidade, igualmente necessária, da síntese de todos os fenômenos segundo conceitos, isto é, segundo regras, que não só os tomam necessariamente reprodutíveis, mas determinam assim, também, um objeto à sua intuição, isto é, o conceito de qualquer coisa onde se encadeiam necessariamente. Com efeito, o espírito não poderia pensar a priori a sua própria identidade no diverso das suas representações se não tivesse diante dos olhos a identidade do seu ato, que submete a uma unidade transcendental toda a síntese da apreensão (que é empírica) e torna antes de mais o seu encadeamento possível segundo regras a priori (KANT, 2001, A 108).

A unidade da minha identidade é um modo que eu procedo sempre que me traz uma forma de conteúdo da minha identidade, que é sempre o mesmo estável. Essa é a identidade do ato, com regras sempre iguais, que devem ser *a priori*, sobre como eu sempre procedo. Traz consigo o elemento importante “*Eu penso*”, com o *a priori* na síntese que tenho um conjunto de regras necessárias usadas quando se pensa a priori. Assim falamos de objetividade, que valem necessariamente e que são enraizadas na autoconsciência da minha identidade. Eu enquanto sujeito pensante procedo com as regras ligadas a autoconsciência trazendo uma ponte para a objetividade, no sentido de regras que valem a priori, não somente contingentes e empíricas. É um conjunto de regras com os quais posso supor para qualquer autoconsciente, “*Eu penso*”. O argumento da autoconsciência que identifica a unidade sintética da consciência garante a validade objetiva, a saber, quando supomos então que essa unidade sintética do “*Eu penso*” está posta conforme as regras *a priori* e podemos então estar em posse da validade objetiva dos processos que envolvem a síntese das representações, pois não se estabelece tal unidade e identidade do sujeito a partir de quaisquer sínteses empíricas. Assim, Kant postula a validade objetiva, podemos aceitar que essa autoconsciência envolve uma unidade sintética que é objetiva, conforme regras necessárias:

A unidade transcendental da apercepção é aquela pela qual todo o diverso dado numa intuição é reunido num conceito do objeto. Diz-se, por isso, que é objetiva e tem de ser distinguida da unidade subjetiva da consciência, que é uma determinação do sentido interno, pela qual é dado empiricamente o diverso da intuição para ser assim ligado. Depende das circunstâncias ou da; condições empíricas, em que eu possa empiricamente tomar consciência do diverso como simultâneo ou como sucessivo; daí que a unidade empírica da consciência, por meio da associação de representações, diga respeito a um fenômeno e seja inteiramente contingente. Em contrapartida, a forma pura da intuição no tempo, simplesmente como intuição em geral, que contém um diverso dado, está

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

submetido à unidade original da consciência, apenas através da relação necessária do diverso da intuição a um: eu penso; ou seja, pela síntese pura do entendimento, que serve a priori de fundamento à síntese empírica. Só essa unidade é objetivamente válida; a unidade empírica da apercepção, que aqui não consideramos e que, além disso, só é derivada da primeira, sob condições dadas in concreto (KANT, 2001, B 140).

Contudo, essa unidade torna possível o uso das categorias e, por sua vez, garante o escopo da próxima etapa do entendimento, isto é, a ligação dessa unidade no juízo. A atividade judicativa depende, portanto, da unidade objetiva do Eu. A condição pela qual se dá a formação dos juízos e a sua validade está conforme sua relação ao “*Eu penso*” e tem caráter universal em relação aos conteúdos empíricos. O “*Eu penso*” da apercepção transcendental não é o conhecimento de um ser que pensa, mas é uma consciência da forma na qual os pensamentos são pensados. “Pode-se dizer então que o “Eu ” da apercepção transcendental tem uma característica negativa no que diz”. (MARTINS, 1999, p.73). Temos aqui uma unidade que vale para todos conforme regras *a priori*.

Quando, porém, atento com mais rigor na relação existente entre os conhecimentos dados em cada juízo e a distingo, como pertencente ao entendimento, da relação segundo as leis da imaginação reprodutiva (que apenas possui validade subjetiva), encontro que um juízo mais não é do que a maneira de trazer à unidade objetiva da apercepção conhecimentos dados. A função que desempenha a cópula é nos juízos visa distinguir a unidade objetiva de representações dadas da unidade subjetiva. Com efeito, a cópula indica a relação dessas representações à apercepção originária e à sua unidade necessária, mesmo que o juízo seja empírico e, portanto, contingente, como, por exemplo, o seguinte: os corpos são pesados. Não quero com isto dizer que estas representações pertençam, na intuição empírica, necessariamente umas às outras, mas somente que pertencem umas às outras, na síntese das intuições, graças à unidade necessária da apercepção, isto é, segundo princípios da determinação objetiva de todas as representações, na medida em que daí possa resultar um conhecimento, princípios esses que são todos derivados do princípio da unidade transcendental da apercepção. (KANT, 2001 B 142).

Kant acredita que para enunciar juízos subjetivos é necessário ter também pelo menos a noção de um juízo objetivo, sem isso, não se dá ao entendimento. O juízo subjetivo pressupõe a noção de juízos objetivos. Os juízos objetivos envolvem a tábua das funções lógicas nos juízos, isto é, das categorias aplicados às intuições. É através do juízo, das categorias, que ligamos o múltiplo das intuições de forma objetiva, dando o caráter universal. O “Eu” na síntese transcendental do múltiplo das representações é consciente de si, que é um ser que pensa. O sujeito na sua atividade cognitiva antes mesmo de estabelecer-se enquanto sujeito empírico, já se estabelece enquanto sujeito transcendental dos pensamentos através da espontaneidade da faculdade do entendimento. Ainda há que se investigar qual é o núcleo da experiência de si mesmo em seu caráter transcendental, da qual sem ela não seria possível estabelecer a unidade que a autoconsciência pura confere ao sujeito, pois a condição de atribuir sentido aos pensamentos e constituir quaisquer experiências depende dessa autoconsciência pura que não se perde mesmo diante da multiplicidade dos fenômenos. Consciência de si e conhecimento de si diferem-se no entendimento kantiano.

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

Entende por conhecimento de si algo como qualquer conhecimento, assim o autoconhecimento de si é igual aos demais exige intuição, exige um eu penso que se dá pela cooperação entre sentimento e fenômeno, conhecemos como nos vemos e não como a coisa é em si. Eu sou dado a mim através de uma intuição. Assim ocorre esse fenômeno de mim num sentido interno, mas o ponto crucial é que a autoconsciência ainda não é autoconhecimento de si, a intuição é somente sensível, apenas nos conhecemos como nos aparecemos a sensibilidade. A autoconsciência não significa conhecimento de nós mesmos no sentido de conhecimento, intuição, cognição, percepção que a pessoa venha a ter sobre os seus atos, percepções ou ideais, tampouco diz respeito a retorno a realidade interior, como talvez diria Agostinho, possuidora de um tipo privilegiado de retorno a si. Enfim, a autoconsciência é o que se tem consciência na percepção pura, é o eu estável e permanente que constitui o correlato de todas as nossas representações. O “*Eu penso*” quando é sobre mim mesmo é autoconsciência e possui muito pouco conteúdo. Na medida em que ela envolve a consciência de si como sujeito determinante e unificador em todo conhecimento de objetos, há certo conteúdo descritivo, no entanto, esse conteúdo caracteriza a nós apenas como sujeitos e não como objetos do conhecimento. Talvez por isso Kant (2001, B 108) diz que a representação “Eu” é a “mais pobre de todas as representações”. Sei apenas que sou sem a menor ideia do que eu sou. Na consciência eu apenas penso desprovido de alguma noção do que eu seja de fato. Este é o campo do autoconhecimento, sem noção alguma de mim. Desse modo, há que se conjecturar se a consciência transcendental seria então totalmente vazia. Kant (2001, A 117) em nota de rodapé pondera essa posição da seguinte forma:

Todas as representações têm uma relação necessária a uma consciência empírica possível; porque, se assim não fosse, seria completamente impossível ter consciência delas; isto seria o mesmo que dizer que não existiriam. Toda a consciência empírica tem, porém, uma relação necessária a uma consciência transcendental (que precede toda a experiência particular), a saber, a consciência de mim próprio como a percepção originária.

O Eu, como aquele que é, que é determinante e que possui a espontaneidade que estrutura a experiência de um modo de ser no mundo, que traz um conteúdo descritivo, um eu penso como uma estrutura que determina e não é determinável num tempo e espaço. O ato de determinar minha existência é aquilo que minha existência determina que pode ser conhecida empiricamente como fenômeno. Existo como uma consciência de capacidade de síntese, tenho consciência de mim como inteligência de capacidade de determinar, então tenho noção do que eu sou, mas é uma noção vazia, não determinada por uma intuição. Quando referimos ao tempo estamos no campo do fenomênico, a temporalidade já é determinação. Isso sendo fenomenalidade, e o eu do “*Eu penso*” não garante uma existência temporal. Supor a existência temporal já é um acréscimo feito pela nossa sensibilidade, cuja forma é temporal. E existindo outras inteligências talvez ela não apareça de formas bem como um “outro modo de intuição, ao menos como possível” (KANT, 2001, B 155), isto é, outros seres autoconscientes podem possuir outro tipo de sensibilidade cuja forma não é o tempo. No argumento da refutação ao idealismo Kant (2001, B 277-278) afirma:

Só podermos perceber toda a determinação de tempo pela mudança nas relações externas (o movimento) com referência ao que é permanente no espaço (por exemplo o movimento do sol, relativamente aos objetos da terra), nem mesmo

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

disposmos de algo permanente, sobre que pudéssemos assentar, como intuição, um conceito de substância, a não ser a matéria, e esta mesma permanência não é extraída a experiência externa, mas é suposta a priori pela existência das coisas exteriores, como condição necessária de toda a determinação do tempo, e, portanto, também como determinação do sentido interno no tocante à nossa própria existência. A consciência de mim próprio na representação eu não é uma intuição, mas uma representação simplesmente intelectual da espontaneidade de um sujeito pensante.

Autoconhecimento não é pura atividade, mas envolve uma receptividade através de fenômenos e intuições. Para esclarecer o paradoxo, não nos apresentamos a consciência não como nós somos, autoconhecimento envolve ser passivo diante de si mesmo. A percepção não traz consigo sentido eterno, é pobre de conteúdo e, portanto, não é possível conhecer além do fenômeno. Como eu posso fazer para me conhecer? Como posso traçar uma linha no tempo para me conhecer? Como posso aparecer como um fenômeno no tempo para mim? Temporalidade é uma característica minha enquanto fenômeno, assim como eu posso ver minha atividade no meu eu como fenômeno? Então a diferença entre a percepção e sentido interno, sou um sujeito com capacidade para sintetizar representações, por outro lado, não consigo acessar a síntese transcendental que condiciona meu “Eu”, pois fazemos tudo no tempo e nos tornamos fenômenos para nós mesmos e só conhecemos a partir dessa condição espaço temporal. Agora estamos mais preparados para compreender melhor o sentido do “Eu penso”, fundamental para a definição autoconsciência transcendental. Kant reflete sobre a natureza da consciência eu penso e como ela se apresenta, aqui aparece a tese de que a consciência da identidade que está envolvida na autoconsciência eu penso, isso implica que ela só é possível na medida que há uma unidade sintética das abstrações que são atribuídas a mim e chamadas de minhas, cada um possui consciência de sua própria identidade que atribui a si mesmo e Kant investiga como isso é possível. A consciência da própria identidade exige uma, essa identidade é tributária do “Eu penso”, não pode estar desvinculada dele, a consciência precisa ser o mesmo sujeito na passagem de uma constatação, da passagem de uma representação a outra, mantendo sua identidade:

Ao contrário, tenho consciência de mim próprio na síntese transcendental do diverso das representações em geral, portanto na unidade sintética originária da a percepção, não como apareço a mim próprio, nem como sou em mim próprio, mas tenho apenas consciência que sou. Esta representação é um pensamento e não uma intuição (KANT, 2001, B 157).

Assim há um relacionar das representações e daí a síntese para a consciência da própria identidade. Mas o argumento ainda não deixa claro qual tipo de relação é necessária para a consciência da própria identidade.

Venham as nossas representações de onde vierem, sejam produzidas pela influência de coisas externas ou provenientes de causas internas, possam formar-se a priori ou empiricamente, como fenômenos, pertencem contudo, como modificações do espírito, ao sentido interno e, como tais, todos os nossos

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

conhecimentos estão, em última análise, submetidos à condição formal do sentido interno, a saber, o primeiro destes princípios estão submetidas todas as representações diversas da intuição, na medida em que nos são dadas; ao segundo, na medida em que têm de poder ser I ligadas numa consciência; de outro modo, nada pode, com efeito, ser pensado ou conhecido, porque as representações dadas, não tendo em comum o acto de apercepção eu penso não estariam desse modo reunidas numa autoconsciência (KANT, 2001, A 99).

Nessa passagem central para o argumento da legitimidade do uso das categorias assentado em sua validade objetiva, Kant mostra o conceito de objeto e a síntese necessária de conceber objetos em geral. Constata que há uma síntese necessária para representar objetos, que exige unidade da consciência, a síntese tem que estar de acordo com a síntese que a autoconsciência exige. A partir disso podemos estabelecer a consciência da identidade do sujeito *a priori*, uma vez que tal identidade não ocorre empiricamente. A unidade é estabelecida com regras *a priori* e são as mesmas para todos os sujeitos cognoscentes. Com base neste argumento Kant diz que a unidade sintética da apercepção tem validade objetiva, isto é, objetividade é constituída por regras necessárias *a priori*. As categorias estão no horizonte do argumento, mas aqui nos interessa a concepção da autoconsciência que Kant traz neste argumento, o “Eu penso”, não possui um conteúdo particularizante, este eu não é o portador de uma perspectiva particular que cada qual tem, mas aquele “Eu” que pensa a ordem objetiva das coisas. Cada um além de pensar o mundo objetivo insere também a si mesmo dentro deste mundo e atribui a si mesmo uma perspectiva particular sobre as coisas, mas o foco está na autoconsciência como instância que pensa a ordem objetiva das coisas que originam juízos objetivos. Sem isso eu não posso inserir a mim mesmo no mundo. Cada um pensa a si mesmo como produtor de juízos objetivamente válidos, se nesses pensamentos de si mesmo não há uma intuição de si mesmo, isto é, uma condição de conhecimento, mas ainda não é conhecimento, para Kant sem intuição não há conhecimento. O conteúdo da consciência é totalmente vazio e ainda não estabelece quaisquer conteúdos para conceber qualquer unidade, assim a intuição é essencial para pensar a si mesmo no tempo, isso já é conhecimento de si, assim entramos no campo do fenomênico. Carecemos assim de uma faculdade de pensar e de ligar que envolve as formas da fenomenalidade. Dito de outro modo, Kant utiliza os termos determinantes, determinável para esclarecer o tipo de conteúdo da consciência “Eu penso”, eu como autor dos pensamentos dos juízos, isto é, sou uma consciência de mim como sujeito de todo conhecimento e não como objeto dado para ser conhecido, não como consciência de mim como objeto determinável no tempo. Contudo, o autoconhecimento não é diferente de outros conhecimentos, o conhecimento de si é como fenômeno, conhecemos a nós mesmos como fenômenos, envolve sensibilidade, uma afecção dada no sentido interno fica afetado por mim mesmo. O autoconhecimento não é privilegiado em detrimento dos outros conhecimentos.

O uso das categorias no uso da dialética transcendental é algo negativo, ele quer destruir o sentido da metafísica tradicional do conhecimento do cosmo. No diagnóstico dado por Kant, os argumentos da metafísica têm sua origem no que ele chama de aparência ou ilusão transcendental, onde as proposições podem revelar verdades necessárias sobre objetos transcendentais que na verdade tem origem em princípios subjetivos do nosso pensamento. Então trata-se de um conhecimento aparente que estão enraizados em nossa forma de pensar, esse conhecimento é ilusório porque é gerado pela nossa própria faculdade de pensar a isso ele chama de ilusão transcendental. Isto é, não é uma ilusão criada deliberadamente para enganar outros, mas gerada pela nossa própria razão e ela não pode deixar de existir mesmo quando ela é descoberta que se trata de uma ilusão. Assim existem ilusões enraizadas em nossa própria racionalidade, agora a

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

questão é como buscar as verdades necessárias sobre a alma. O conceito de alma para Kant é um “Eu” como objeto do sentido interno, a alma sou eu enquanto objeto dado a nós enquanto também objeto, não somente como “*Eu penso*”. Também somos objetos para nós. Assim, a respeito da alma o problema é a forma que a tradição a definiu, a saber, como objeto com verdades necessárias sobre nosso estado ontológico. Esses tipos de verdades somente podem ser estabelecidos a partir de princípios *a priori*, sem base empírica, mas fundamentando o aspecto empírico do ser, o máximo que podemos avançar na investigação metafísica acerca da alma é através do “*Eu penso*”. Essa é a tentativa de Kant para estabelecer verdades necessárias acerca do estatuto epistêmico do “*Eu penso*” a partir da autoconsciência pura. A única base da doutrina racional da alma faz uma metafísica da alma como autoconsciência pura, fundada no “*Eu penso*”. E, para Kant, autoconsciência não é um conhecimento de si é uma consciência de si que possibilita conhecimento, mas não se trata de um primeiro conhecimento de si.

Kant analisa os paralogismos da doutrina racional que subjaz esses termos em relação a substancialidade da alma. A proposição da doutrina racional tem a ver com consciência da própria identidade de mim como objeto, na minha autoconsciência. Eu sou simples, e a partir da consciência “*Eu penso*” o que aparece de mim como objeto, em que consiste a ilusão. Kant investiga na ilusão transcendental os modos da autoconsciência no sentido dos aspectos do “*Eu penso*” que originam os axiomas da doutrina racional. O fundamento do ser pensante é, enfim, a autoconsciência, a representação “*Eu penso*” funciona como sujeito lógico, Kant explica a evidência da autoconsciência em todos os juízos o “Eu” é sempre o mesmo, no sentido lógico do sujeito. Eu só posso pensar a mim mesmo como sujeito lógico. A consciência é uma consciência em si como sujeito. Kant objetiva ter a consciência do “Eu penso” como sujeito no qual não se pode submeter ao crivo categorial devido a sua constituição ser basicamente assentada no entendimento puro, isto é, não pode formar um objeto de conhecimento. O resultado do argumento de Kant corresponde a noção de que o “Eu penso” na *dedução transcendental*, a consciência de si daquilo que não é sujeito, que não é conhecimento, mas que possibilita. A caracterização do “*Eu penso*”, seja na *dedução transcendental* ou nos *paralogismos*, são ambas abordagens que Kant mantém o mesmo fundamento transcendental, a saber, o “Eu penso” como condição para o conhecimento e consciência de si como sujeito, princípio unificador da consciência e que não é conhecimento de si. Na dedução transcendental ele refere-se ao “Eu penso” nesse sentido para mostrar o que significa essa autoconsciência para a estrutura da consciência, um princípio unificador da consciência e fonte das regras categoriais. Nos paralogismos Kant não quer mais legitimar ou fundamentar o entendimento puro, seu objetivo é aparar os excessos da metafísica dogmática que estabeleceu a alma fonte de um conhecimento metafísico. E assim aspectos diferentes ficam em foco, mas ambos se complementam.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins fontes, 2012.

DESCARTES, René. **Meditações metafísicas**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Observações introdutórias sobre a natureza da autoconsciência em Kant

PINTO, A. K. F. S; VICENTE, J. J. N. B.

HORSTMANN, Rolf-Peter. “A função da dedução metafísica na *Crítica da razão pura* de Kant”. Trad. Joel Thiago Klein. In: KLEIN, Joel Thiago (Org.). **Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura**. Florianópolis: NEFIPO, 2012.

HUME, David. **Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais**. Trad. Débora Danowski. São Paulo: Editora UNESR, 2009.

KANT, Immanuel, **Crítica da razão pura**. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian 2001.

KANT, I., **Lógica**, trad. G. A. de Almeida, Tempo brasileiro, 2003.

KLOTZ, Christian, J.G. Fichte. In: PECORARO, Rossano (Org.), **Clássicos da filosofia, vol. II: De Kant a Popper**. Petrópolis: Vozes, 2008,

KLEIN, Joel Thiago. A história da razão pura: uma história filosofante da filosofia. In: KLEIN, Joel Thiago (Org.). **Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura**. Florianópolis: NEFIPO, 2012.

MARTINS, Clelia Aparecida. Autoconsciência pura, identidade e existência em Kant. **Trans/Form/Ação**, 21/22, 1999.

REGO, Pedro Costa. “A dedução transcendental b: objetivo e método”. In: KLEIN, Joel Thiago (Org.). **Comentários às obras de Kant: Crítica da Razão Pura**. Florianópolis: NEFIPO, 2012.